

Relatório de auto-avaliação do desempenho 2009



O presente documento integra a auto-avaliação do desempenho da IGF realizada nos termos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 DEZ

i n t e g r i d a d e
i n o v a ç ã o
f i a b i l i d a d e

Apresentação

Em conformidade com o art. 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 DEZ, o presente documento reproduz a auto-avaliação do desempenho da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) em cumprimento de objectivos definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), com resultados suportados em sistema de informação concebido para o efeito e destinado a assegurar um bom controlo interno da monitorização dos resultados alcançados no exercício de gestão de 2009.

Este documento constitui a formalização do segundo exercício de auto-avaliação da IGF nos termos legalmente aplicáveis.

A missão: Assegurar o controlo estratégico da administração financeira do Estado, compreendendo o controlo da legalidade e a auditoria financeira e de gestão, bem como a avaliação de serviços e organismos, actividades e programas, e também a de prestar apoio técnico especializado.

A visão: Acrescentar valor à gestão pública.

Quadro de avaliação e responsabilização

QUAR

Objectivos estratégicos:

- 1 Criar valor para o cliente contribuindo para a economia, eficiência e eficácia na obtenção das receitas e na realização das despesas públicas
- 2 Aumentar a produtividade através da optimização e valorização de recursos humanos
- 3 Apostar na qualidade dos produtos da IGF

A IGF definiu como objectivos operacionais de eficácia, eficiência e qualidade:



A **carta de missão do Inspector-Geral de Finanças** (dirigente máximo do serviço) encontra-se **alinhada com os objectivos estratégicos, operacionais e as metas definidas para 2009.**

Os objectivos
de 2009

O QUAR

QUAR
aprovado

Os objectivos e metas aprovados pela Tutela foram:

Objectivos Operacionais (OO)									
Eficácia									Ponderação: 60%
O1. Aumentar o esforço de controlo									Ponderação: 70%
Indicadores	Realização		Meta	Peso	Grau de Concretização	Taxa de Realização	Tipo de Incremento	Classificação	Desvio
	2007	2008	2009						
Ind 1. Cobertura do controlo financeiro (Universo controlado/despesa primária)	n.a	n.a	3,5%	40					
Ind 2. Cobertura de serviços controlados em gestão de RH (N.º de serviços controlados/N.º total de serviços sujeitos ao SIADAP)	n.a	n.a	18%	30					
Ind 3. Número de acções de controlo realizadas	143	239	180	25					
Ind 4. Número de acções de avaliação realizadas	3	7	8	5					
O2. Criar valor para o cliente (Ministro das Finanças e da Administração Pública e respectivos Secretários de Estado)									Ponderação: 30%
Indicadores	Realização		Meta	Peso	Grau de Concretização	Taxa de Realização	Tipo de Incremento	Classificação	Desvio
	2007	2008	2009						
Ind 5. Índice de Resultado [(60% Valor Financeiro)+(20% Conhecimento Gerado)+(20% Soluções Apresentadas)]	n.a	1195	1100 pontos	100					
Eficiência									Ponderação: 25%
O3. Incrementar a produtividade nos produtos de controlo e avaliação									Ponderação: 100%
Indicadores	Realização		Meta	Peso	Grau de Concretização	Taxa de Realização	Tipo de Incremento	Classificação	Desvio
	2007	2008	2009						
Ind 6. Número de produtos de controlo / Unidade Equivalente Inspector	0,8	1,58	1,2	95					
Ind 7. Número de produtos de avaliação / Unidade Equivalente Inspector	0,3	0,91	0,5	5					
Qualidade									Ponderação: 15%
O4. Alcançar uma qualidade de referência									Ponderação: 100%
Indicadores	Realização		Meta	Peso	Grau de Concretização	Taxa de Realização	Tipo de Incremento	Classificação	Desvio
	2007	2008	2009						
Ind 8. Total de pontos obtidos nas acções de controlo / Número de produtos de controlo concluídos	n.a	6,93	6,5	100					

Os indicadores 1 e 2 da eficácia são novos em termos de QUAR, tendo sido ora destacados para tornar mais perceptível ao cidadão o contributo da IGF no controlo da despesa primária, propondo-se esta a uma cobertura de 25 378 milhões de euros e a uma cobertura de 83 serviços da Administração Pública no âmbito do SIADAP.

Acresce salientar que, com base nos resultados apurados no final do 1.º semestre de execução do Quadro de Avaliação e Responsabilização (30 JUN 2009), a IGF apresentou, em 21 JUL 2009, junto do Senhor Director-Geral do Gabinete de Planeamento, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), uma proposta de actualização do QUAR centrada na elevação de metas de três indicadores.

Proposta de revisão de metas

A proposta consistiu na **elevação das metas definidas para os objectivos** operacionais de **eficácia** – aumentar o esforço de controlo (**indicador 3**), criar valor para o cliente (**indicador 5**), e de **eficiência** – incrementar a produtividade nos produtos de controlo e avaliação (**indicador 6**), nos termos seguintes:

Objectivo operacional		Indicador		QUAR	
		N.º	Descritivo	Meta aprovada	Meta proposta
EFICÁCIA	Aumentar o esforço de controlo	3	Número de acções de controlo realizadas	180	205
	Criar valor para o cliente	5	Índice de resultado [(60% Valor Financeiro)+(20% Conhecimento Gerado)+(20% Soluções Apresentadas)]	1100 pontos	1200 pontos
EFICIÊNCIA	Incrementar a produtividade nos produtos de controlo e avaliação	6	Número de produtos de controlo/Unidade Equivalente Inspector	1,2	1,25

A proposta de elevação de metas não foi aceite pelo GPEARI.

Proposta de
revisão de
metas

Grau de cumprimento dos objectivos

A IGF concretizou todos os objectivos de eficácia, eficiência e qualidade a que se propôs junto do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, as metas definidas no QUAR foram todas superadas.

Objectivos e Indicadores	Compro- misso para 2009	Realização	
		Absoluta	Grau (%)
EFICÁCIA (Ponderação 60%)			
O1. Aumentar o esforço de controlo (70%)			
Ind.1 - Cobertura do controlo financeiro (Universe controlado/despesa primária)	3,5%	5%	142,85
Ind.2 - Cobertura de serviços controlados em gestão de RH (N.º de serviços controlados/N.º total de serviços sujeitos ao SIADAP)	18%	22,7%	126,11
Ind.3 - Número de acções de controlo realizadas	180	241	133,88
Ind.4 - Número de acções de avaliação realizadas	8	8	100
O2. Criar valor para o cliente (Ministro das Finanças e da Administração Pública e respectivos Secretários de Estado) (30%)			
Ind.5 - Índice de Resultado (60% Valor Financeiro + 20% Conhecimento Gerado + 20% Soluções Apresentadas)	1100	1275,8	115,98
EFICIÊNCIA (Ponderação 25%)			
O3. Incrementar a produtividade média nos produtos de controlo e avaliação (100%)			
Ind.6 - Número de produtos de controlo / Unidade Equivalente Inspector	1,2	1,48	123,33
Ind.7 - Número de produtos de avaliação/ Unidade Equivalente Inspector	0,5	1	200
QUALIDADE (Ponderação 15%)			
O4. Alcançar uma qualidade média de referência (100%)			
Ind.8 - Total de pontos obtidos nas acções de controlo / Número de produtos de controlo concluídos	6,5	7,45	114,61

Resultados
alcançados

Análise dos resultados

A IGF **superou as metas** definidas para os **indicadores n.ºs. 1 a 3 e 5** (eficácia), **6 e 7** (eficiência) e **8** (qualidade). Cumpriu a meta definida para o indicador n.º 5 (eficácia).

Objectivos	Compro- misso	Realizado	Varição	Varição em %
Eficácia	3,5%	5%	(+) 1,5%	42,85
	18%	22,7%	(+) 4,7%	26,11
	180	241	(+) 59	33,88
	8	8	0	0
	1100	1275,8	(+) 275,8	15,98
Eficiência	1	1,48	(+) 0,48	23,33
	0,5	1	(+) 0,50	100
Qualidade	6,5	7,45	(+) 0,95	14,61

A **variação positiva dos indicadores 1 a 3**, situados entre uma variação de 26,11 e 42,85, estão correlacionados com o **aumento do número de acções de controlo concluídas e da produtividade dos inspectores**.

No presente ano, **mantivemos um elevado nível de conclusão de acções**, quer das planeadas, quer das realizadas por determinação expressa da Tutela e ainda em sequência da preparação do encerramento de projectos comunitários, que influenciaram positivamente os resultados alcançados nos novos indicadores previstos este ano para avaliação do QUAR, respectivamente:

cobertura de controlo financeiro

• € 36 254 500 000 da despesa primária, na óptica da contabilidade nacional, controlada

cobertura de serviços controlados em gestão de RH

• 105 serviços controlados em SIADAP, num universo de 467 serviços sujeitos ao regime

A gestão foi também orientada para a concretização de acções com menor consumo de dias úteis tendo, esta disciplina organizacional, proporcionado **a manutenção de um elevado nível da produtividade média atingida pelos inspectores, quer ao nível dos produtos de controlo, quer de avaliação**, o que justifica a superação, desta última, na ordem dos 100%.

Análise dos resultados

Na **criação de valor para o cliente (indicador 5 da eficácia), a superação em 15,98% dos pontos estimados**, vem demonstrar o rigor que presidiu à proposta de elevação de meta formulada pela IGF no final do 1.º semestre de 2009, de 1100 para 1200 pontos, a qual, se tivesse sido aceite, apresentaria um desvio positivo limitado a 75,8 pontos, com uma superação de 1,06%.

No mesmo sentido, destacamos, que a ter sido aprovada a elevação das metas para os outros indicadores propostos (3 e 6), os desvios teriam sido os seguintes:

- 36 em vez de 61, no número de acções de controlo realizadas;
- 0,23 em vez de 0,28 no número de produtos de controlo / Unidade Equivalente Inspector.

Neste segundo ano de aplicação, a IGF concluiu pela necessidade de complementar a aferição do valor gerado para a Tutela, ampliando a sua medição a outros domínios de intervenção, nomeadamente à avaliação de entidades e intervenções públicas, supervisão de fundos e sociedades gestoras de participações sociais e actividades instrumentais de missão, tendo sido construídos os instrumentos para o efeito, cujas regras foram aprovadas por Despacho do Inspector-Geral de Finanças.

A **qualidade média de referência obtida foi ligeiramente superior (14,61%) à estimada**, revelando a correcção do padrão proposto no QUAR.

Para a **aferição da avaliação final** foram identificados como objectivos mais relevantes, aumentar o esforço de controlo e incrementar a produtividade média nos produtos de controlo e avaliação:

Objectivos	Peso dos parâmetros na avaliação final	Peso dos objectivos no respectivo parâmetro	Peso de cada objectivo na avaliação final
Eficácia	0,60		
O1.		0,70	0,42
O2.		0,30	0,18
Eficiência	0,25		
O3.		1,00	0,25
Qualidade	0,15		
O4.		1,00	0,15
Avaliação final	1,00		1,00
Objectivos mais relevantes:			0,67

De modo agregado, os resultados alcançados face aos previstos revelam:

Eficácia	Eficiência	Qualidade
60%	25%	15%
76,91	31,79	17,19

Eficácia
Eficiência
Qualidade

Resultados alcançados

Análise dos resultados

Que se concretizam:

EFICÁCIA					EFICIÊNCIA		QUAL	
INDICADORES								
1	2	3	4	5	6	7	8	
40%	30%	25%	5%	100%	95%	5%	100%	
57,14								
	37,83							
		33,47						
			5					
Ponderação 70%				133,44				
Ponderação 30%					115,98			
Ponderação (60%)					76,91			
Ponderação 95%						117,17		
Ponderação 5%							10	
Ponderação 25%							31,79	114,61
Ponderação 15%								17,19

Os resultados ponderados situam-se: da eficácia (indicadores 1 a 5) em 76,91%, eficiência (indicadores 6 e 7) em 31,79% e qualidade (indicador 8) em 17,19%.

Assim, a **auto-avaliação da IGF** demonstra um **bom desempenho**, com a **superação de todos os três objectivos**, e com maior expressão relativa dos mais relevantes, os quais foram concebidos e aprovados numa base incremental e com um rigoroso grau de ambição das metas face ao histórico.

Bom desempenho sustentado também por uma **evolução positiva e significativa nos resultados dos indicadores do QUAR com histórico** em comparação com os resultados alcançados em 2007 e 2008.

Resultados comparados: 2007 a 2009

INDICADOR	2007	2008	2009
Ind 3. Número de acções de controlo realizadas	143	239	241
Ind 4. Número de acções de avaliação realizadas	3	7	8
Ind 5. Índice de Resultado [(60% Valor Financeiro)+(20% Conhecimento Gerado)+(20% Soluções Apresentadas)]	n.a.	1195,24	1275,80
Ind 6. Número de produtos de controlo / Unidade Equivalente Inspector	0,8	1,58	1,48
Ind 7. Número de produtos de avaliação/ Unidade Equivalente Inspector	0,3	0,91	1
Ind 8. Total de pontos obtidos nas acções de controlo / Número de produtos de controlo concluídos	n.a.	6,93	7,45

Monitorização dos resultados

Todos os resultados, já desde 2008, foram monitorizados ao longo do ano, através de um Sistema Informático, denominado Sistema de Avaliação do Desempenho (SIAD) criado especificamente para o efeito por inspectores da IGF com valência em sistemas informáticos.

Para além da monitorização dos dados residentes no SIAD, a IGF implementou, em 2008 um Comité de Qualidade, composto por 6 membros, sendo uns eleitos directamente pelos Inspectores, outros designados pelo Inspector-Geral e outros membros são ainda cooptados pelo próprio Comité.

Este órgão dispõe de Regulamento próprio aprovado por despacho do Inspector-Geral e publicitado na intranet, o qual foi objecto de revisão no exercício de gestão em apreço.

O novo Comité de Qualidade, eleito em 2009 para um mandato de 2 anos, analisou, à semelhança do verificado em 2008, um vasto conjunto de acções de controlo cuja qualidade média foi superior a 8 pontos, bem como um outro grupo de acções com base em amostra aleatória.

Os pontos gerados quer na qualidade, quer na criação de valor para o cliente, foram, assim, submetidos à apreciação e validação dos pressupostos de qualidade de referência e ao rigor da pontuação atribuída nas participações financeiras, conhecimento gerado e soluções apresentadas.

A IGF procedeu também à **elaboração e apresentação**, nos prazos indicados, **de todos os relatórios de monitorização de QUAR requeridos pelo GPEARI do MFAP.**

Monitorização permanente

Análise dos recursos afectos às actividades

Recursos afectos

► Recursos Humanos

A IGF propôs-se atingir os resultados identificados no QUAR tendo também como pressuposto de gestão a disponibilidade estimada de 197 Recursos Humanos (RH), organizados de acordo com o novo regime de carreiras da Administração Pública:

Análise dos recursos afectos às actividades

Recursos Humanos

A capacidade prevista para 2009:

COD	Recursos Humanos	Pontuação Unitária	QT RH prevista para 2009	Pontuação Global
DS	Dirigentes - Direcção superior	20	5	100
DI	Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa	16	37	592
TS	Técnico Superior	12	114	1368
CT	Coordenador Técnico	9	8	72
AT	Assistente Técnico	8	25	200
EG	Encarregado geral operacional	7	0	0
EO	Encarregado operacional	6	0	0
AO	Assistente Operacional	5	8	40
Totais			197	2372

Circunstâncias:

➔ Regressos e saídas

Em 2009, o somatório dos regressos e saídas de RH da IGF deu origem a um saldo negativo de 6 unidades, correspondente a 7 regressos e 13 saídas.

Das 13 saídas, 8 foram definitivas (5 por motivos de aposentação, 1 falecimento, 1 exoneração e 1 por mobilidade interna) e 5 foram temporárias (1 por comissão de serviço, 1 pelo estatuto dos eleitos locais, 2 de licença sem vencimento e 1 cedência de interesse público).

No final do ano deram entrada 5 pedidos de aposentação.

Não se verificaram admissões de pessoal.

Evolução de RH no triénio:

A redução de RH, entre 2007 e 2009, situa-se em 24:

Nº de Efectivos no Organismo	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009
Nº de efectivos a exercer funções na IGF	213	195	189

A evolução negativa do número de recursos humanos é particularmente importante nos resultados alcançados no desempenho de 2009 da IGF, tendo em conta que assistimos à saída de Inspectores de reconhecida experiência e conhecimentos altamente especializados face às entidades e objectos de Controlo Estratégico da Administração Financeira do Estado e da Avaliação de Programas e Serviços Públicos.

Resultados comparados 2007 a 2009

Análise dos recursos afectos às actividades

Assim, a **31 de Dezembro de 2009**, a IGF contava com os seguintes RH:

COD	Recursos Humanos	Pontuação Unitária	Qt RH em 31.12.2009	Pontuação Global
DS	Dirigentes - Direcção superior	20	5	100
DI	Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa	16	38	608
TS	Técnico Superior	12	108	1296
CT	Coordenador Técnico	9	8	72
AT	Assistente Técnico	8	21	168
EG	Encarregado geral operacional	7	0	0
EO	Encarregado operacional	6	0	0
AO	Assistente Operacional	5	9	45
Totais			189	2289

Os resultados atingidos foram alcançados com uma efectiva diminuição de recursos humanos.

► Recursos Financeiros

A IGF propôs-se atingir os resultados identificados no QUAR tendo também por pressuposto na gestão as disponibilidades financeiras estimadas no QUAR no montante de 11 945 687 euros.

	Despesa estimada QUAR 2009	Dotação aprovada	Dotação corrigida	Realizado 31DEZ 2009	% realiz desp corrigida
Orçamento de funcionamento dos quais:	10 519 497	10 519 497	10 579 651	9 745 977	92
♦ Aquisição de bens e serviços	1 090 792	910 363	1 230 427	803 597	65
♦ Despesas com o pessoal	9 165 717	9 344 132	9 293 516	8 918 950	96
♦ Despesas de capital	0	2 015	23 655	23 430	99
♦ Outras despesas correntes	262 988	262 987	32 053	0	0
PIDDAC	1 426 190	1 426 193	1 377 443	520 684	38
Outros	0	0	0	0	0
Total	11 945.687	11 945 690	11 957 094	10 266 661	86

A IGF executou 86% da dotação corrigida da despesa, com demonstrada preocupação de contenção do gasto público, reflectida, entre outros, na execução de 65% das verbas previstas na rubrica de aquisição de bens e serviços e de 38% das verbas do PIDDAC.

Análise dos desvios dos recursos afectos às actividades

► **Afectação de recursos humanos abaixo do planeado**

A IGF **superou os resultados de eficácia, eficiência e qualidade previstos no QUAR com uma real afectação de recursos humanos abaixo do planeado.**

A pontuação global estimada foi de 2372 para um universo de 197 RH, tendo realizado quer a maior parte das actividades planeadas, quer as determinadas superiormente pela Tutela, com uma pontuação global de 2289 pontos para um conjunto de 189 RH.

Acresce que o absentismo representou 2344,5 dias de ausência ao trabalho, correspondendo, na sua maioria, a faltas por motivo de doença do próprio ou de familiares.

Apesar da diminuição da capacidade produtiva disponível, para a concretização das metas definidas para a IGF (estas fixadas com base numa rigorosa estimativa incremental das mesmas), a ultrapassagem dos resultados deve-se ao envolvimento e empenho de todos os RH, não obstante os constrangimentos ocorridos no exercício de 2009, nomeadamente a saída de 10 Inspectores de relevante experiência e competências altamente qualificadas.

► **Afectação de recursos financeiros abaixo do planeado**

Os recursos financeiros realizados pela IGF foram também inferiores aos montantes planeados e com o atingimento de um desempenho acima do estimado no QUAR.

A IGF realizou 86% das dotações de despesa corrigida, tendo concretizado 92% do orçamento de funcionamento e 38% das verbas previstas no PIDDAC.

A reduzida percentagem de realização do PIDDAC ficou a dever-se à aprovação tardia da revisão do orçamento para a Assistência Técnica do Programa de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico, com início de execução financeira em Dezembro de 2009, bem como a execução reduzida relacionada em grande parte com os montantes aprovados pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Temático Potencial Humano, entre outras situações.

Causas de incumprimento de acções ou projectos não executados ou com resultados insuficientes

De entre as principais causas associadas ao desvio entre a actividade operacional planeada e a executada, destacamos o elevado número de pedidos de intervenção formulados junto da IGF por diferentes membros do Governo, tendo este ano de 2009 apresentado características muito específicas nesse contexto, como é do conhecimento público face ao veiculado pelos órgãos de comunicação social.

Àqueles pedidos extra plano, acrescem todas as participações, exposições e denúncias dos cidadãos, cuja dimensão das solicitações não é passível de ser estimada em números absolutos.

Estas solicitações implicam um reajustamento permanente dos RH face às tarefas e actividades previstas executar e àquelas cujo risco, entretanto identificado, importa oportunamente acompanhar e controlar.

Acrescem às circunstâncias referidas, os condicionalismos de planeamento inerentes ao facto de muitos (81) inspectores da IGF se encontrarem em exercício de cargos de alta direcção em outros serviços/organismos da Administração Pública, sendo necessário estimar um pacote de acções e correspondentes DUIS para ocorrer a eventuais regressos sem ter submeter o Plano de Actividades a uma revisão da Tutela.

Salienta-se, ainda, a ocorrência de ausências por licença de maternidades também não passíveis de antever.

Foram, assim, planeados 34 218 dias úteis inspector para uma realização total de 31 296,5 dias úteis.

Mantém-se, assim, o elevado número de pedidos de intervenção recebidos na IGF, que pela sua natureza, âmbito da intervenção e grau de prioridade, associado aos outros factores enunciados, **fundamentam os desvios entre projectos e acções com resultados insuficientes ou não executados, salientando os projectos seguintes:**

Coordenação com Autoridades de Controlo Financeiro (Projecto 10)

O aumento do número de missões, ao longo do ano, que a Comissão Europeia havia anunciado para 2009, fundamenta a execução de 308 dias úteis inspector face aos 180 dias úteis planeados.

As responsabilidades especialmente cometidas à IGF neste contexto do Controlo Financeiro, cuja necessidade de acção é também determinada pela Comissão Europeia, apenas permite fazer uma reserva coerente de DUIS e estimá-los nessa medida.

Coordenação Sistema Nacional Controlo QCA III (Projecto 11); Apoio Técnico Especializado - Protecção dos Interesses Financeiros da CE (Políticas Estruturais) (Projecto 49); Apoio Técnico Especializado - Protecção dos Interesses Financeiros da CE (Políticas Agrícolas) (Projecto 126)

Na sequência da cessação de funções da responsável operacional pelos projectos 11, 49 e 126, foram os mesmos fundidos, por Despacho do Inspector-Geral, no projecto 119, o qual absorveu: 39,5 DUIS do projecto 11, 2,5 DUIS do projecto 49 e 27,5 DUIS do projecto 126.

Causas de incumprimento de acções ou projectos não executados ou com resultados insuficientes

Causas de desvios na actividade operacional

Controlo financeiro do Fundo de Coesão 2000-2006 (Projecto 14)

Os DUIS imputados no início do ano foram absorvidos pelo projecto 13 - Controlo Fundos Estruturais e Coesão - Organismo de Certificação 2000 - 2006, o que também justifica os desvios verificados neste último.

Apuramento de Conformidade - Controlo Financeiro do FEAGA e FEADER 2007 (Projecto 15), Apuramento de Conformidade - Controlo Financeiro FEAGA E FEADER (2008) (Projecto 111) e Apoio Técnico Especializado - Protecção dos Interesses Financeiros da CE (Políticas Agrícolas) (Projecto 126)

Os DUIS foram integrados no projecto 137, que se passou a designar CONTROLO FINANCEIRO FEAGA E FEADER (Despacho n.º 9/2009, de 2 de Junho, do Inspector-Geral).

Controlo Financeiro do FEOGA GARANTIA 2006 (Projecto 16)

O desvio de DUIS respeita a uma Missão determinada pelo Tribunal de Contas Europeu (TCE) que envolveu as contas de 2006.

Apoio Técnico Especializado - Fundos Comunitários (Projecto 119)

Recebeu os DUIS imputados aos projectos 49 e 126 a partir do Despacho n.º 9/2009, de 2 de Junho, do Inspector-Geral.

Apoio Técnico Especializado - Conselho Coordenador do SCI - Normas e Metodologias (Projecto 148-); Apoio Técnico Especializado - Conselho Coordenador do SCI - Qualificação e Formação (Projecto 149) e Apoio Técnico Especializado - Conselho Coordenador do SCI - Avaliação de Serviços (Projecto 150)

Estes 3 projectos têm zero DUIS planeados e uma execução total de 173,5 DUIS porque houve a necessidade de renumerá-los por o Sistema Informático de Gestão da Actividade (SIGA) não aceitar a utilização de letras, correspondendo aos projectos 117-B, 117-C e 117-D, onde originariamente foram planeados os DUIS.

Controlo das concessões municipais (Projecto 110)

O menor consumo de 380,5 DUIS deve-se à alteração de responsabilidade operacional sem a correspondente reafecção de recursos.

Controlo de novos instrumentos no âmbito das relações jurídicas de emprego público (Projecto 125)

Verificou-se um consumo de DUIS superior em 421 no projecto 125, para a IGF poder corresponder a um vasto conjunto de acções determinadas pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, e também superior em 87 DUIS no projecto 142, devido ao elevado número de exposições e denúncias em matéria de SIADAP e outras questões relacionadas com a gestão de RH, compensados com uma menor execução no âmbito dos projectos 138 - Controlo da aplicação do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação de Trabalhadores da Administração Pública (AP), 139 - Racionalidade da despesa pública na gestão de Recursos Humanos e 146 - Vigência de contratos de prestação de serviços para execução de trabalho subordinado.

Causas de incumprimento de acções ou projectos não executados ou com resultados insuficientes

Causas de desvios na actividade operacional

Controlo financeiro de grandes projectos públicos (Projecto 21), Controlo de grupos empresariais públicos e de grandes projectos públicos (Projecto 31), Controlo horizontal em áreas de risco no SEE (Projecto 89), Controlo da sustentabilidade das empresas públicas e de áreas temáticas do SEE (Projecto 92), Controlo das PPP e outros contratos de concessão - Com, social, transportes, comunicações e outros (Projecto 94), Controlo de regimes e apoios específicos (Projecto 96) e Apoio técnico especializado - Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria (Projecto 122)

A reafecção de RH a acções prioritárias, algumas extra plano de actividades aprovado, constitui o principal motivo para os desvios existentes com uma execução superior face aos dias úteis previstos. Com maior detalhe:

Proj. n.º	Desvio dias	Justificação dos desvios
21	99,5	Auditoria determinada superiormente à iniciativa IIE.
31	69	Auditorias não planeadas sobre os princípios de bom governo das sociedades de um Grupo e à gestão e exercício accionista de uma empresa.
89	193	Auditoria não prevista às remunerações dos Administradores de uma empresa - período 1998-2008.
92	454,5	Auditorias (5) não planeadas e determinadas superiormente.
94	128	Auditoria a diversas PPP da área da Saúde determinadas superiormente.
96	62	Auditoria a apoios aos mecanismos de seguro de crédito à exportação no âmbito da IIE, determinada superiormente e não prevista.
122	162	<p>A representação no Secretariado permanente do CNSA envolveu a alocação de RH para executar um conjunto de tarefas não previstas, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Definição de critérios de inspecção e manuais de procedimentos; ➤ Diagnóstico sobre Controlo de Qualidade actualmente desenvolvido; ➤ Pareceres sobre emissão de normas - Directriz de Revisão/Auditoria 872; ➤ Listagens das entidades de interesse público; ➤ Parecer sobre alterações ao Estatuto da OROC; ➤ Regulamento de Formação Profissional da OROC; ➤ Orientações - Revisores Oficiais de Contas.

O reforço de RH nos projectos supra indicados, teve também como consequência uma menor execução de vários projectos, de entre os quais se destaca o projecto 127, com uma diferença de 203,5 DUIS.

Causas de incumprimento de acções ou projectos não executados ou com resultados insuficientes

Causas de desvios na actividade operacional

Controlo do *outsourcing* na Administração Pública (Projecto 4); Sistema Remuneratório em SFA/IP com contrato individual de trabalho (Projecto 9); Controlo Financeiro dos Auxílios Públicos – Administração Central do Estado (Projecto 74); Controlo Financeiro da Administração Central em domínios transversais (Projecto 88)

A reafecção de RH a acções prioritárias, algumas extra plano de actividades aprovado, constitui o principal motivo para os desvios existentes entre os dias úteis previstos e os executados. Com maior detalhe:

Proj. n.º	Desvio dias	Justificação dos desvios
4	14,5	Não foi realizada uma das acções previstas, por falta de RH, e uma acção teve execução de DUIS inferior ao previsto no respectivo plano.
9	47,5	As 5 acções de follow-up previstas foram substituídas por uma única acção decorrente da falta de RH para o efeito.
74	140	Impossibilidade de iniciar ou concluir acções por falta de RH, tendo transitado para 2010 um follow-up a uma Direcção-Geral.
88	80,5	Reafecção de RH para outras acções prioritárias, nomeadamente o pedido extra-plano do Gabinete do Senhor Ministro de Estado e das Finanças para acompanhar a execução da Iniciativa Investimento e Emprego e pedidos de Gabinetes Ministeriais no âmbito do Apoio Técnico Especializado à Tutela.

Os 282,5 DUIS foram consumidos nas acções 2009/281, 2009/306, 2009/744, 2009/774, 2009/942, 2009/963 e 2009/1005.

Controlo das relações financeiras interorganismos dos ramos das Forças Armadas (Projecto 6)

As 3 acções previstas não foram realizadas para evitar sobreposição de controlos financeiros, devido ao Tribunal de Contas ter iniciado auditorias financeiras junto das entidades também planeadas pela IGF, justificando o desvio de 14 DUIS, face aos 15 previstos, e o consumo de 1 DUI imputado à reunião de articulação com a entidade congénere.

Controlo financeiro do Programa Pagar a Tempo e Horas – Administração Directa e Indirecta do Estado (Projecto 129)

O desvio de 147,5 DUIS, resultantes da diferença entre o planeado (1200 DUIS) e o executado (1052,5 DUIS), tem fundamento na elevada eficiência dos recursos que realizaram as acções em menos tempo.

Controlo orçamental da despesa na área da Educação (Projecto 87) e Controlo financeiro das aquisições de bens e serviços transversais dos Serviços e Fundos Autónomos (Projecto 113)

O desvio de 7,5 DUIS, resultante do consumo de DUIS superior (341 e 56,5 DUIS) ao planeado (335 e 55 DUIS), encontra-se justificado pela natureza dos trabalhos desenvolvidos.

Causas de incumprimento de acções ou projectos não executados ou com resultados insuficientes

Causas de desvios na actividade operacional

Controlo da intervenção da administração tributária e avaliação da competitividade e justiça do sistema tributário (Projecto 20), Supervisão e controlo tributário das SGPS e SGII (Projecto 33), Controlo dos sistemas de combate ao incumprimento, fraude e evasão tributários (Projecto 39), Controlo e avaliação do desempenho operacional dos serviços e organismos da Administração Tributária (Projecto 54), Controlo e avaliação dos processos de gestão, dos sistemas de informação, serviço de atendimento e de justiça fiscal da Administração Tributária (Projecto 56), Prospectiva, Inovação, Boas práticas e Intelligence (Projecto 62), Cooperação e Relações Institucionais (Projecto 64) e Apoio Técnico Especializado - Informações e Pareceres (Projecto 114)

Proj. n.º	Desvio dias	Justificação dos desvios
20	130,5	O menor consumo de dias úteis inspetor resulta da saída da IGF de recursos afectos a estes projectos, da afectação parcial de alguns inspectores a acções de outros projectos, à realização de acções de apoio técnico e de cooperação no âmbito do PICATFin não previstas e aos ganhos de produtividade das equipas no âmbito dos respectivos objectivos individuais.
39	234	
54	279	
56	121	
33	55	Resultante de ganhos de produtividade das equipas no âmbito dos respectivos objectivos individuais e consequentemente para os objectivos de toda a cadeia gestonária.
62	30,5	Maior consumo de DUIS afectos à concepção do Manual de controlo interno dos Organismos Estratégicos de Controlo Interno (OECI).
64	247	Maior consumo de DUIS, em virtude de terem sido realizadas várias acções de cooperação no âmbito do PICATFin e do Projecto IGF/CPLP, não previstas.
114	151,5	Maior consumo de DUIS justificado por solicitações externas de exponentes e denunciante, bem como pela elaboração de 7 Pareceres (74 DUIS) elaborados pela IGF na sequência de pedidos do Gabinete do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, não previsíveis de antever e estimar no momento de elaboração do Plano de Actividades para 2009.

Controlo orçamental - Art 62º da Lei do Enquadramento Orçamental (Projecto 2)

Duas auditorias realizadas a pedido da Assembleia da República (AR), no âmbito do art. 62.º da Lei do Enquadramento Orçamental (LEO).

Causas de incumprimento de acções ou projectos não executados ou com resultados insuficientes

Controlo das receitas próprias na Administração Pública (Projecto 5), Controlo dos serviços externos do MNE (Projecto 8), Controlo financeiro em áreas de risco em SFA (Projecto 22), Controlo da gestão do património imobiliário em SFA (Projecto 44), Controlo dos sistemas de prestação de contas – ACE (Projecto 45), Controlo financeiro das PPP e outros contratos de concessão – Saúde (Projecto 77), Políticas Públicas – Prestações sociais na Segurança Social (Projecto 105) e Controlo financeiro das EPE da Saúde (Projecto 107) e Controlo financeiro de empreitadas de obras públicas – ACE (Projecto 136)

Proj. n.º	Desvio dias	Justificação dos desvios
5	40	O menor consumo de dias úteis inspector resulta da falta de disponibilidade de RH, por saídas da IGF e/ou reafecção a outras acções consideradas prioritárias.
8	10	
22	5	
105	20	
44	18,5	Menor consumo de DUIS resultante, quer de ganhos de produtividade das equipas, quer por terem transitado acções para o exercício de 2010. Concretamente, projectos 44 (de 6 transitam 2), 45 (de 8, executadas 3, transitam 2 e 3 a iniciar), 77 (de 3 executada 1), 136 (de 12, executadas 4, transita 1 e 7 a iniciar).
45	77	
77	196,5	
136	216	A existência de acções a transitar e outras a iniciar deve-se também à necessidade referenciada de planear por excesso, dada a possibilidade de regresso dos RH a exercer funções fora da IGF.

Projecto 24 - Controlo das Despesas com o Pessoal das Autarquias Locais; Projecto 27 - Controlo do financiamento municipal no âmbito da urbanização e da edificação; Projecto 73 - Controlo dos subsídios e outros apoios do Estado – Municípios; Projecto 28 - Controlo das autarquias locais numa lógica de grupo; Projecto 38 - Controlo Financeiro do Associativismo Municipal; Projecto 131 - Controlo da contratualização da transferência de competências para as AL na área da Educação; Projecto 132 - Controlo da contratação pública nas Autarquias Locais - Empreitadas

Proj. n.º	Desvio dias	Justificação dos desvios
24	8	Não foram previstos DUIS em Plano de Actividades, mas foi necessário analisar informações recebidas em 2009, o que justificou a afectação de tempos para realizar três acções no âmbito dos Projectos.
27	3	
73	5	
28 e 38	14	Conclusão das acções em 2008, não tendo tido, por isso, execução em 2009
112	280	Execução de 47% dos DUIS previstos devido à saída da IGF de 2 recursos que lhe estavam afectos.
131	136	Desafecção de recursos humanos e a sua correspondente afectação a outros projectos da IGF.
132	115	

Causas de incumprimento de acções ou projectos não executados ou com resultados insuficientes

Gestão do conhecimento – Formação e Desenvolvimento de Competências (*Projecto 60*)

Neste projecto, que teve uma execução de 67,5%, o desvio verificado deve-se, essencialmente, à diminuição do tempo afecto à autoformação, estando previsto um total de 1797 DUIS, ficando a execução aquém dessa previsão. Verificou-se, também, uma redução do número de DUIS destinados à preparação e organização dos cursos relativamente ao planeado.

Consistência do planeado face ao realizado

O normal desenrolar da actividade planeada da IGF, também dá origem a novas acções que não têm expressão directa nos resultados do QUAR, concretamente:

- ▶ Elaboração de propostas de alteração legislativa ou apresentação de soluções para revisão de diplomas.
- ▶ Representação do Estado e/ou do Ministro de Estado e das Finanças em Comissões, Grupos de Trabalho, Equipas de Projecto Interministerial ou Conselhos. No ano de 2009 a IGF continuou a participar em vários eventos desta natureza, destacando:
 - Conselho de Prevenção da Corrupção;
 - Conselho Nacional de Supervisão e Auditoria;
 - Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços;
 - Grupo de Trabalho do Conselho Coordenador das TIC no MFAP;
 - Equipa de projecto interministerial - Acompanhamento do projecto novo aeroporto de Lisboa;
 - Equipa de projecto de acompanhamento do projecto rede ferroviária de alta velocidade;
 - Participação nos Comités de Recursos Próprios da União Europeia;
 - SILOPOR - Comissão de acompanhamento dos concursos públicos;
 - Grupo de Missão de Acompanhamento do Metro do Sul do Tejo (MST);
 - Comissões de fixação de remunerações.

Assim, **as realizações da IGF são superiores às reflectidas em termos de eficácia do QUAR**, que por critérios objectivos e previamente definidos não contempla toda a produção desenvolvida no domínio de Apoio Técnico Especializado à Tutela ou acções com consumo de DUIS tem uma fraca expressão no contexto de acções de controlo.

Causas de desvios na actividade operacional

Apreciação da quantidade e qualidade dos resultados

Apreciação dos utilizadores

► A Tutela

São frequentes, e de número relativamente elevado, as apreciações positivas evidenciadas nos *outputs* da IGF por diferentes Secretários de Estado do Ministério das Finanças e da Administração Pública, que enaltecem os contributos da IGF para a prossecução das políticas públicas, com particular enfoque na sustentabilidade orçamental, como se exemplifica:

Avaliação do novo regime de renúncia à isenção de IVA sobre imóveis e respectivos sistemas informáticos de apoio

"Em primeiro lugar, convirá, destacar o especial interesse do presente relatório n.º 1238/2009 de "Avaliação do novo regime de renúncia à isenção de IVA sobre imóveis e respectivos sistemas informáticos de apoio".

Foi bastante oportuna esta intervenção da IGF, de avaliação do regime constante do DL n.º 21/2007, de 29 de Janeiro, destacando-se o facto de se tratar de um regime relativamente recente cujo um dos objectivos foi introduzir na legislação do IVA, um conjunto de medidas destinado a combater a fraude, evasão e abuso que vinham a verificar-se na realização das operações imobiliárias sujeitas a tributação.

(...) revelar-se-á oportuno acolher as recomendações formuladas quanto aos aperfeiçoamentos a introduzir a nível legislativo, sistema informático, interpretações administrativas e respectivas rotinas de controlo. (...)

Auditoria ao desempenho do serviço de atendimento de back-office da XXX

Visto com apreço. À entidade xxx para implementação das recomendações formuladas pela IGF (...).

Auditoria ao desempenho da alfândega X

Em primeiro lugar, importará, desde já, manifestar a enorme satisfação com que me debrucei sobre o relatório de auditoria de desempenho identificado em epígrafe, sublinhando, em particular, a visão transversal e integrada de toda a actividade desenvolvida pela alfândega xxx dele resultante.

De igual modo, é digno de registo a circunstância do relatório em apreço revelar um bom desempenho global por parte da alfândega (...).

No entanto, sem prejuízo das referências francamente positivas acima apontadas apresentar-se-á, ainda de todo o interesse, com vista à melhoria do desempenho alcançado e à correcção de aspectos menos positivos referente ao funcionamento de certos sectores, colher e assegurar o cumprimento das recomendações formuladas (...).

Auditoria ao desempenho da DF x no âmbito do contencioso fiscal da inspecção tributária

Vi com bastante apreço esta intervenção da IGF no que concerne à análise da eficácia, eficiência e regularidade do desempenho da Inspeção Tributária da DGCI, que constitui um aspecto basilar da justiça tributária, atentas as finalidades preventivas e repressivas do incumprimento fiscal e o respeito das garantias dos contribuintes.

Deste modo, e em consonância com o ponto xx do presente relatório, remeta-se à entidade x para seguimento e adequada observância das referidas recomendações (...).

Apreciação da quantidade e qualidade dos resultados

► Tutela

Auditoria ao sistema de tributação e sistema de controlo das manifestações de fortuna

Vi com bastante apreço esta intervenção da IGF numa área cuja actualidade e importância é assinalável face ao risco de incumprimento fiscal conexas às particularidades, nomeadamente, no tocante às medidas susceptíveis de contribuir para melhorar a eficácia e eficiência do sistema de controlo das manifestações de fortuna.

Destaca-se, nesta sede, o trabalho meritório desenvolvido pela Direcção de Finanças X, pela (...)

Deste modo, e em consonância com o ponto IV do presente relatório, remeta-se à entidade X para seguimento e adequada observância das referidas recomendações.

Auditoria ao sistema de gestão e avaliação de resultados da intervenção da entidade X no âmbito das execuções fiscais

Visto com apreço. O presente relatório evidencia a positiva evolução que se tem registado no sector das execuções fiscais, na qual assume especial destaque o enorme esforço que tem sido feito no domínio da informatização, da simplificação e da automatização dos procedimentos, aspectos que acolhem o nosso reconhecimento e apreço.

Todavia, as evidências e conclusões enunciadas no relatório induzem-nos forte preocupação, porquanto se verifica (...). Em face das conclusões do presente relatório, remeta-se o mesmo à entidade X para observância das respectivas recomendações.

Relatório preliminar do resultado de acções inspectivas ao Grupo X

Visto com apreço pelo trabalho já realizado e pelos resultados obtidos, o que permite, desde já, realçar a importância das recomendações da IGF. Aguardo o relatório final de todas estas acções.

Avaliação de resultados do controlo da Administração Tributária - 2008

Foi com apreço e satisfação que constatei, através do relatório n.ºx, a excelente actividade desenvolvida pela IGF no ano de 2008, no domínio do controlo da administração das receitas públicas, contribuindo no exercício da sua missão para o aumento da eficácia e da eficiência dos serviços da Administração Tributária e, conseqüentemente, potenciando melhorias no sistema fiscal.

Realço o facto dos objectivos de controlo e de desempenho previstos no PA IGF para 2008 terem sido superados, bem como destaco o conjunto de recomendações efectuadas pela IGF à Administração tributária, as quais não deixarão de ter impacto na qualidade dos serviços prestados aos contribuintes.

Apreciação da quantidade e qualidade dos resultados

Apreciação dos utilizadores

► A Tutela

Auditoria ao Controlo Tributário do Grupo X

É com bastante apreço que verifico o excelente trabalho técnico que foi realizado no âmbito da auditoria ao sistema de controlo de operações de planeamento fiscal agressivo (Grupo Económico X).

As operações visadas no presente relatório assumem uma especial importância, dado que a sua caracterização técnica e enquadramento jurídico-tributário produzem um enorme impacto ao nível da tributação, pelo que as conclusões constantes deste relatório não podem deixar de nos induzir preocupação.

Envie-se o presente relatório à CMVM com pedido de parecer sobre o enquadramento da operação de titularização realizada pela entidade X (...).

Auditoria de Avaliação da qualidade da despesa pública e da gestão da tesouraria no âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas

Tomei conhecimento dos resultados das auditorias (...). Reencaminhem-se os relatórios sectoriais para as entidades sugeridas pela Inspeção-Geral de Finanças e reencaminhe-se o relatório síntese para o Senhor Director do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais deste Ministério, em face da sua responsabilidade na coordenação do sistema de monitorização e publicitação dos prazos médios de pagamento no âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas (...).

Auditoria ao Sistema de Gestão e Controlo das pensões do regime geral da Caixa Geral de Aposentações

Reencaminhe-se conforme proposto (...), devendo a CGA comunicar ao meu gabinete e à IGF as medidas tomadas na sequência desta auditoria.

Auditoria ao Sistema de Gestão e Controlo das pensões dos regimes especiais da Caixa Geral de Aposentações

À DGO para efeitos de inclusão na Circular do OE 2010 de recomendação aos serviços de cumprimento da lei nestas matérias.

Apreciação da quantidade e qualidade dos resultados

Apreciação dos
utilizadores

► União Europeia

Programa Operacional AGRO

Auditoria de encerramento ao Programa AGRO, no âmbito do FEDER, FSE e FEOGA-O

(...) Sublinhar o elevado profissionalismo relevado pela Inspectora (...). Reconhece-se, igualmente, a importância deste trabalho na medida em que contribui para o levantamento sistematizado das situações que importa corrigir e ou alterar com vista ao encerramento do Programa.

► COMITÉ ORÇAMENTAL – REUNIÃO INFORMAL, PRAGA, 23 de Abril de 2009

Cabe fazer notar a qualidade intervenções, e discussão construtiva de temas como incorporação legislativa dos contratos de confiança; desejável aceleração pagamentos intermédios dependente aprovação MCS 's, a caminho "velocidade cruzeiro" em 2010; papel fundamental controlo primeiro nível; e a necessidade de concentrar qualquer exercício envolva análise nível de erros na análise anual e plurianual das amostras significativas cobertas pelos sistemas de controlo interno dos EM's.

De **realçar palavras elogiosas nível desempenho e longa exemplar colaboração nossa autoridade nacional de controlo (que incluíram referência pessoal ao Inspector-Geral de Finanças)**, formuladas durante sessão pelo representante DG EMPL, Franck Sébert, a quem antes tínhamos transmitido cumprimentos dos nossos responsáveis nacionais de sistemas auditoria.

Comunicação recebida da REPER sobre o assunto referido em epígrafe e transmitida pelo Departamento de Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

► TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU

No quadro da sua acção como organismo de controlo externo da União Europeia, o Tribunal de Contas Europeu atribuiu à IGF, enquanto Autoridade de Auditoria responsável pela auditoria dos fundos europeus em Portugal, a avaliação mais elevada de entre os organismos superiores de auditoria interna dos 27 Estados-membros, homólogos da IGF.

Apreciação da quantidade e qualidade dos resultados

Apreciação dos utilizadores

► Os auditados

Os responsáveis pela gestão dos serviços controlados fazem também reflectir com elevada frequência, a satisfação pelos resultados alcançados com o trabalho desenvolvido pela IGF, como se exemplifica:

Auditoria ao Plano Operacional de Assistência Técnica - FEDER (comentário da entidade auditada - IFDR)

Devo também realçar que as observações e recomendações formuladas pela IGF foram na sua generalidade por nós configuradas como propiciadoras de boas e oportunas melhorias na segurança do nosso sistema de gestão e controlo. Segue agora o que devia ter enviado em primeiro lugar: o meu reconhecimento pela disponibilidade e ajuda na identificação das melhores soluções.

Auditoria Financeira à EMAC, EM (comentário da entidade auditada)

É da mais elementar justiça averbar, sem reservas e por dever de verdade, a forma elevada e notoriamente profissional, como decorreu a inspecção levada a cabo pela equipa de trabalho da IGF que V. Ex^ª. Superiormente Tutela, - sem obviamente ser colocada em causa, a defesa intransigente dos desígnios dessa Entidade, bem como o escopo da Auditoria, agora em fase de conclusão. (...)

Depois, salientar ainda o cuidado e rigor patentes, também no Projecto de Relatório, não só ao nível da apresentação (diga-se, notável, e porque infelizmente não estamos habituados a constatar como prática nas Entidades Públicas), mas fundamentalmente ao nível dos conteúdos - quer nos articulados, quer na estrutura que lhes está inerente. (...)

(...) com satisfação, mas acima de tudo com seriedade profissional, registamos desde já várias notas e sugestões contidas no documento em apreço que nos permitirão melhorar, a vários níveis (...)

Auditoria às Fundações reconhecidas de utilidade pública e beneficiárias de auxílios públicos (comentário da entidade auditada – Secretaria-Geral da PCM)

Cumpre-me neste momento registar o profissionalismo e a boa colaboração dos membros da equipa de auditoria, que muito contribuem para que as acções desenvolvidas motivem os seus destinatários para os sempre necessários projectos de melhoria.

Auditoria de avaliação da qualidade da despesa pública e da gestão de tesouraria (comentário da entidade auditada – Instituto Português do Sangue, IP)

Em primeiro lugar, não podemos deixar de expressar o nosso reconhecimento pela excelência do trabalho produzido pelos V/ colaboradores, cujo projecto de relatório, reflecte, com rigor, a problemática que envolve esta Instituição (...).

Auditoria de avaliação da qualidade da despesa pública e da gestão de tesouraria (comentário da entidade auditada – Cofre da previdência da PSP)

Por último, aprez-nos salientar o rigor e profissionalismo evidenciados pela equipa da IGF que realizou o trabalho de terreno co CPPSP, tendo decorrido num clima de cordialidade e, julgamos nós, de total cooperação institucional, o que só contribui para o reforço da imagem de elevado prestígio daquela instituição.

Apreciação da quantidade e qualidade dos resultados

Apreciação global

Todos os potenciais utilizadores dos serviços prestados pela IGF à Tutela, atenta a missão, atribuições e competências definidas legalmente, evidenciam pela frequência de citações (quantidade) e natureza distintiva das mesmas (qualidade) que a actividade desta Inspeção-Geral está orientada para atingir a máxima satisfação das necessidades dos clientes (Tutela) e outros utilizadores (Comissão Europeia, Gestores de Programas Operacionais, Intervención General de la Administración del Estado, do Ministerio de Economía Y Hacienda de Espanha, do Tribunal de Contas Europeu e Auditados).

A elevada qualidade e quantidade dos **serviços prestados em 2009 mantém-se no mesmo nível de desempenho demonstrado em 2008**, estando patente nos processos realizados e nos relacionamentos estabelecidos, reflectindo a incorporação e concretização no trabalho realizado e no bom nível de desempenho referenciado, por todos aqueles que com esta Inspeção-Geral se relacionam.

Satisfação dos colaboradores

Apreciação dos colaboradores

Envolvimento e participação

Na IGF todos os inspectores são envolvidos, aos diferentes níveis, na construção dos principais instrumentos de base à avaliação do desempenho organizacional e individual.

Os Orientadores Estratégicos e os Directores Operacionais participaram na construção do Plano Estratégico (2009-2011), Plano de Actividades e QUAR para 2009, bem como na concepção e sistema de aferição e monitorização das pontuações das acções que directamente relacionadas com os indicadores de desempenho.

Num outro nível de responsabilidade, todos aqueles instrumentos foram partilhados com os Chefes de Equipa Multidisciplinares e com os restantes inspectores, através da participação destes em reuniões de iniciativa do dirigente máximo da IGF, de entre as quais destacamos:

- Avaliação do Desempenho de 2008 - 29 de Janeiro de 2009;
- Objectivos para 2009 - 9 de Fevereiro de 2009;
- Fichas de pontuação das acções - 19 de Março de 2009;
- Relatório de Actividades - 2 de Abril de 2009;
- Sistema de Avaliação do Desempenho (SIAD)/preenchimento de campos e outras funcionalidades - 27 de Abril de 2009;
- Apresentação das Normas para a Operacionalização do SIAD e das Fichas de pontuação das acções - 5 de Maio de 2009;
- Melhorias no carregamento de dados do Sistema de Gestão de Actividades (SIGA) - 14 de Maio de 2009;
- Impactos e quantificação de resultados da actividade da IGF - 18 de Maio de 2009;
- Monitorização do QUAR - 8 de Junho de 2009;
- Relatório Intercalar e Monitorização do QUAR - 23 de Junho de 2009;
- Plano de Actividades de 2010/Projectos - 16 de Setembro de 2009;
- Monitorização do QUAR - 16 de Outubro de 2009;
- Projectos 2010 - 27 de Outubro de 2009;
- Projectos 2010 - 2 de Novembro de 2009;
- Manual de Auditoria - Procedimentos de controlo da IGF - 27 de Novembro de 2009;

A melhoria contínua dos instrumentos de avaliação do desempenho, organizacional e individual, é fruto e incorpora muitas das soluções veiculadas aos diferentes níveis de responsabilidade de todos os que concorrem com o seu trabalho para a melhoria da organização e do desempenho da IGF.

A dinâmica de auscultação de todos os inspectores e restantes colaboradores é feita presencialmente em reuniões, onde são debatidos todos os instrumentos referenciados e percebidas as diferentes manifestações de satisfação dos trabalhadores.

Por último, também em 2009, a avaliação dos dirigentes realizada pelos subordinados foi francamente positiva.

Satisfação de entidades de controlo financeiro homólogas

Satisfação de entidades de controlo financeiro homólogas

Presença externa da IGF

No ano de 2009, foi particularmente e favoravelmente destacada a participação da IGF em eventos externos, **reafirmando, assim, o elevado desempenho da organização junto dos seus congéneres e homólogos organismos dedicados ao controlo financeiro público**. Citamos:

Interventor General de la Administración del Estado da IGAE

*(...) tras la celebración de las XVII Jornadas de Presupuestación, Contabilidad Y Control Público organizadas por esta Intervención General, **quiero hacerte partícipe de las felicitaciones recibidas ya que parte del êxito se há debido a tu participación**. Te manifiesto nuevamente mi agradecimiento y el de todos mis colaboradores.*

(...)

Cooperação entre OECI da CPLP

Decorreu em Brasília, na sede da Controladoria-Geral da União do Brasil, nos dias 7 a 9 de Dezembro de 2009, a **II Conferência Anual de Inspectores Gerais de Estado e de Finanças da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP)**, na qual estiveram presentes os representantes de todos os Organismos Estratégicos de Controlo Interno (OECI) da CPLP.

Os trabalhos realizados consistiram fundamentalmente na apresentação por cada Organismo das suas experiências de boas práticas de controlo, bem como na análise e aprovação do **Manual de Controlo Interno dos OECI-CPLP**, cujo projecto foi elaborado por um grupo de trabalho constituído por **técnicos dos OECI** de Angola, Brasil, Cabo Verde e da **IGF de Portugal** e contou ainda com a presença de Sua Excelência o Ministro de Estado e Chefe da CGU na abertura dos trabalhos.

Na cooperação com países da UE

Nos dias 28 e 29 de Abril, organizado pelo Secretariado Técnico Comum do Programa de Cooperação INTERACT em cooperação com a IGF e o IFDR, decorreu no Auditório da IGF o Seminário subordinado ao tema "Para a compreensão do papel das Autoridades de Certificação e de Auditoria nos Programas Europeus de Cooperação Territorial".

Este acontecimento serviu para a troca de experiências e conhecimentos entre os diversos organismos envolvidos na gestão e controlo dos programas de cooperação territorial europeia, em particular, no que respeita às funções de certificação e de auditoria.

Este seminário contou com a participação de representantes da Comissão Europeia e de vários Estados-membros.

Satisfação de entidades de controlo financeiro homólogas

Satisfação de entidades de controlo financeiro homólogas

Na cooperação com países da UE

Merece destaque:

A conclusão de um projecto plurianual de *twinning* com a Autoridade de Auditoria da Roménia, projecto que contou ainda com a participação dos nossos homólogos de França e da Polónia.

A Portugal coube o **apoio na elaboração do Manual de Auditoria e formação sobre diversas matérias de auditoria de sistemas e de operações.**

Também por sugestão da Comissão Europeia, a IGF prestou assistência técnica às autoridades homólogas da Turquia, Ucrânia e Croácia, tendo sido acordada uma participação mais vasta num projecto de *twinning* com a Croácia, que se concretizará a partir de 2010.

De registar ainda a participação da IGF em dois seminários organizados pelo TAIEX da UE, na Ucrânia sobre a temática da normalização contabilística no Sector Público, e na Turquia subordinado ao tema o papel dos *stakeholders*.

Satisfação de entidades de controlo financeiro homólogas

Satisfação de entidades de controlo financeiro homólogas

Cooperação Internacional – PALOP (PICATfin)

No âmbito da cooperação com os PALOP, em particular no quadro do programa PICATFIN, foram realizadas em 2009 as seguintes acções:

- Catorze acções de formação, de uma semana cada, nas IGF de Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe
- Catorze Estágios de auditoria em Portugal para inspectores da IGF, de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe;
- Dez acções de assistência técnica a auditorias realizadas em Angola, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe;
- Foi aprovado o programa PICATFin com o Ministério das Finanças de Moçambique, o qual prevê um conjunto de acções de cooperação entre a IGF-PT e a IGF-M no período de 2010-2012.

Parceria: IGF de Portugal /ESV-Suécia/IGF de Moçambique

No âmbito desta parceria de cooperação, decorreu em Maputo nos dias 5 e 6 de Maio, a 21ª reunião do Comité Directivo do Projecto de cooperação ESV/IGF-PT/IGF-M, onde se apreciou o Relatório de Actividades da IGF de Moçambique de 2008 e o do 1º Trimestre de 2009, tendo sido apresentada a proposta da IGF-PT para viabilizar a continuação do apoio financeiro sueco à IGF-M, em virtude do ESV ter decidido continuar a gerir o projecto apenas até 31/DEZ/2009.

Neste âmbito a IGF-PT propôs assegurar a assistência técnica com consultorias de curta/média duração, dirigidas na especialidade a acções específicas, em alinhamento com o programa de assistência técnica assinado pelos Ministros das Finanças de Portugal e Moçambique, para o período de 2010-2013, designado PICATFIN – Programa Integrado de Ajuda ao Desenvolvimento das finanças Públicas de Moçambique, que irá abranger todos os organismos do Ministério das Finanças.

Decorreu em Maputo, nos dias 2 e 3 Dezembro, a 22ª reunião do Comité Directivo e o seminário de encerramento do projecto. Nesta reunião, foi apresentado e apreciado o Relatório de Actividades da IGF-M (3º trimestre) de 2009 e apresentado o Plano de Actividades da IGF-M para 2010.

No âmbito do referido seminário, foi efectuado, pelos representantes dos ESV, o balanço das actividades do projecto no período 2000/2009, fundamentalmente quanto aos resultados da experiência de cooperação com a IGF de Portugal e IGF de Moçambique.

Também os representantes da IGF-PT presentes naquele seminário apresentaram a avaliação da IGF sobre a colaboração prestada ao longo dos últimos dez anos, considerada muito positiva, quer na assessoria de longa e curta duração, quer na formação em sala e em serviço (dos quais destacaram as auditorias a dois serviços públicos), focalizando a avaliação no contributo muito positivo que foi dado para o desenvolvimento das capacidades de intervenção da IGM-M, da cooperação estreita entre os diversos intervenientes no projecto e pelo aprofundamento das relações institucionais entre a IGF-M e a IGF-PT.

Sistema de controlo interno

Controlo interno

Monitorização dos objectivos do SIADAP

Os sistemas de informação da IGF registam todas as participações nas equipas multidisciplinares bem como os projectos onde as mesmas actuam, no denominado Sistema Integrado de Gestão de Actividades (SIGA), podendo assim estabelecer-se a ligação entre a produção individualizada pelos RH (SIADAP3), pelos dirigentes (SIADAP2) e pela IGF (SIADAP1), e resultados alcançados pelas equipas.

Para monitorizar o desempenho da IGF em termos de eficácia, eficiência e qualidade foi desenvolvido, em 2008, o Sistema de Informação de Avaliação do Desempenho (SIAD), o qual é alimentado por fichas de pontuação das acções de controlo, de avaliação e de apoio técnico especializado que reflectem a contribuição da equipa em termos de tempo afecto à acção e quanto aos resultados alcançados na criação de valor para o cliente (eficácia) e na qualidade.

O indicador de qualidade organizacional é submetido a apreciação do Comité de Qualidade sempre que os *outputs* obtenham uma pontuação de referência superior a 8 pontos, bem como todos aqueles que sejam analisados por inclusão na amostra aleatória de 5% dos produtos totais ou por indicação do Inspector-Geral.

São vários os referenciais de análise do Comité de Qualidade, sendo oportuno salientar como um dos principais instrumentos de apoio as Normas e Boas Práticas da IGF, documento que agrega os princípios e técnicas a serem observados no exercício do controlo estratégico da Administração Financeira do Estado por parte desta Inspeção-Geral.

Os resultados alcançados na criação de valor para o cliente são também apreciados pelo Comité de Qualidade.

Em 2009, foi ajustado o SIAD em consonância com a criação de fichas de pontuação que permitem pontuar todas as acções que contribuem para os vários domínios, concretamente: controlo, avaliação e apoio técnico especializado (já existentes em 2008) e actividades instrumentais de missão e cooperação e relações institucionais (aplicadas desde 2009).

Sistema de controlo interno

Controlo
interno

O SIGA

O **Sistema Integrado de Gestão de Actividades (SIGA)**, encontra-se implementado e em pleno funcionamento. Este Sistema agrega toda a informação da actividade desenvolvida na IGF, tendo por referência o plano de actividades operacional, aprovado pela Tutela, e a responsabilidade da orientação estratégica e da direcção operacional dos projectos definida por despacho anual do Inspector-Geral. De entre a informação agregada, destacam-se:

- As acções concretas, os recursos humanos afectos às mesmas, os tempos inseridos semanalmente de modo informático no sistema, contabilizados em unidades de meio dia útil;
- Os outputs gerados segundo a classificação de produtos da IGF nos diferentes domínios de intervenção, entre outras funcionalidades.

Todos os dados e sequências procedimentais que temos feito alusão são automaticamente incorporados no **SIAD, o qual reflecte de modo fiável e fidedigno todos os registos passíveis de serem avaliados e de concorrerem para a medição e objectivação do desempenho da IGF.**

O SIAD

Para o **bom ambiente e sistema de controlo interno residente na IGF**, foram criados automatismos de rotinas de monitorização e validação dos dados do sistema, observando os requisitos de segurança internacionalmente recomendados nesta matéria.

Para **reforço da objectividade e rigor inerente ao bom ambiente de controlo associado ao sistema de medição dos resultados dos indicadores de desempenho**, a IGF criou o Comité de Qualidade, que a outro nível vigia e corrige, nos termos regulamentares definidos as correcções que eventualmente se revelem ajustadas a um adequado reforço do rigor e objectividade do desempenho da IGF.

O SCI (sistema de controlo interno)

Para o bom ambiente e sistema de controlo da IGF, concorrem ainda outros instrumentos para reforço do rigor, transparência e controlo dos dados, bem como para a comparabilidade do mérito do desempenho do serviço, nomeadamente normas de procedimentos de classificação dos produtos, de inserção de tempos no sistema, de revisão ou alteração de recursos (dias úteis ou custos estimados), de autorização de férias, de comunicação de faltas, entre outros, divulgados por todos os inspectores e acessíveis a todo o tempo na intranet, sendo passíveis de serem disponibilizados para consulta na Inspeção-Geral.

Sistema de controlo interno

Controlo interno

Bom ambiente de controlo

A IGF tem claramente definidas todas as especificações do sistema de controlo interno, quer ao nível do suporte, quer ao nível da missão, com responsabilidades pelas tarefas perfeitamente definidas, viabilizando, em primeira linha, um bom auto-controlo e, numa segunda, o controlo por RH com as competências necessárias para o efeito, de modo a se encontrarem assegurados os requisitos legais e de conformidade a uma boa gestão dos recursos disponíveis, numa organização de estrutura dualista, matricial para as actividades de missão e hierarquizada para o suporte, em observância dos diplomas orgânicos.

Os princípios de ética e valores estão claramente definidos e formalizados.

Existe um Plano de Prevenção de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, já em fase de aplicação com monitorização trimestral.

Procedimentos de controlo

O Manual de políticas e procedimentos de gestão da IGF foi concebido seguindo de perto os requisitos de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), descrevendo claramente os fluxos dos processos e os circuitos documentais.

As políticas e procedimentos são revistos periodicamente, de forma a ajustar às necessidades de uma boa gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros, assegurando as rotinas críticas que permitam uma efectiva segregação de funções, bem como a rotatividade dos RH sempre que possível.

Melhoria contínua do serviço

Medidas para o
reforço do
desempenho

A melhoria contínua dos serviços prestados, do ambiente de controlo interno e do nível de envolvimento e de satisfação dos inspectores na realização do seu trabalho, é uma constante preocupação da IGF que tem vindo a ser patenteada em diversos instrumentos, nomeadamente:

Normas e Boas Práticas da IGF

Continuamos a aplicar o instrumento de gestão denominado Normas e Boas Práticas, enquanto documento que constitui uma das bases de apoio à concretização do objectivo de modernização e melhoria contínua da qualidade de intervenção da IGF.

O documento contem o Código de Ética e as Normas de Conduta dos Auditores, bem como um quadro normativo mínimo de referência para o exercício do Controlo Estratégico da Administração Financeira do Estado.

Código de Ética

O Código foi formalizado em 2008, sendo aplicado desde então, este documento:

Afirma os princípios e as normas de natureza ética que devem orientar o comportamento de todos os funcionários da IGF, na linha do melhor exemplo praticado por outros organismos congéneres de controlo financeiro e de auditoria;

Promove e incentiva a adopção dos princípios de actuação e das regras de conduta definidas no que respeita às relações entre os auditores e as entidades auditadas;

Divulga os padrões de conduta organizacional e individual da IGF como veículo para disseminar a sua cultura de procura da melhoria contínua com vista à excelência, enquanto entidade que presta um serviço público estratégico no Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado

Reforça a confiança pública na qualidade do desempenho individual dos auditores sujeitos, permanentemente, a um especial e rigoroso escrutínio público.

Manuais de políticas e de procedimentos de gestão

A IGF dispõe de Manuais de políticas e de procedimentos de gestão que são actualizados sempre que existe necessidade de ajustar procedimentos ou de os explicitar face a novo quadro legal ou melhoria das práticas de gestão. Estes instrumentos podem ser disponibilizados para consulta na Inspeção-Geral.

Melhoria contínua do serviço

Aprendizagem organizacional

A melhoria contínua do serviço passa também por uma política de maior envolvimento e partilha do conhecimento organizacional com outros serviços e congéneres internacionais.

A aprendizagem organizacional não se resume a uma política passiva mas sobretudo proactiva, pois a IGF assume-se junto de organizações congéneres dedicadas ao controlo dos dinheiros e gestão públicos, como um serviço de referência confirmado pela elevada participação activa em Seminários, Congressos, Palestras, Conferências e Cursos destinados à partilha de Boas Práticas de serviço.

Procedimentos e *standards* de qualidade de prestação de serviços

A melhoria contínua do serviço é sustentada pela formalização das melhores práticas procedimentais, congregadas em Manuais e Normas aprovadas pela Direcção e de acesso a todos os Inspectores. Estas práticas são divulgadas e debatidas em reuniões com todo o corpo inspectivo, sendo objecto de ajustamentos ou revisão sempre que tal se mostre ajustado à realidade da IGF.

Os Manuais e Normas podem ser disponibilizados para consulta nesta Inspeção-Geral.

Investimento em formação e auto-formação

É política da IGF para a qualificação dos RH, disponibilizar formação específica aos seus colaboradores, de modo a viabilizar a elevação da qualidade técnica e da melhoria contínua dos resultados alcançados nos diferentes domínios de intervenção do serviço.

Esta política é consistente e encontra-se alinhada com as necessidades de acompanhar a dinâmica da gestão pública e de novas atribuições que todos os anos por diplomas específicos são confiados à IGF.

Em 2009, a IGF proporcionou 8199 horas de formação, destas 6793 correspondem a horas de formação interna (instalações da sede) e 1406 a horas de formação externa, tendo previsto inicialmente 6894 horas de formação passiva.

A auto-formação, de igual modo impulsionada pela IGF, atingiu 1588 horas.

Acresce referenciar, neste contexto, a conclusão da frequência de inspectores na Pós-Graduação em Gestão de Fraude, na Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Melhoria contínua do serviço

Medidas para o reforço do desempenho

Protocolos e Parcerias

IGF - Observatório do QREN

No dia 27 de Fevereiro de 2009, foi celebrado um protocolo de cooperação entre a Inspeção-Geral de Finanças (IGF), representada pelo Inspector-Geral, José Maria Teixeira Leite Martins e o Observatório do QREN, representado pelo respectivo Coordenador, Paulo Areosa Feio, visando o enquadramento das acções de cooperação técnica relativas a matérias de interesse comum na área da Avaliação.

IGF - The Main Control and Revision Office, da Ucrânia

Concretização dos trabalhos preparatórios para a assinatura de Memorando de Entendimento sobre a cooperação entre a Inspeção-Geral de Finanças, representada pelo Inspector-Geral José Maria Teixeira Leite Martins e The Main Control and Revision Office, da Ucrânia, representado pelo Presidente Interino Ihor Iskra, para 2010 - 2012.

As iniciativas previstas e realizadas

Em 2009 foram desenvolvidas diversas iniciativas para assegurar a manutenção do nível de desempenho da IGF, bem como as consideradas adequadas à melhoria contínua da qualidade da prestação de serviços, nomeadamente:

- Revisão das fichas de pontuação das acções de controlo, em todas as componentes;
- Concepção de fichas de pontuação dedicadas a domínios não medidos autonomamente – Avaliação, Apoio Técnico Especializado, Actividades Instrumentais de Missão, Cooperação e Representação Institucional da IGF;
- Disponibilização de uma conta corrente ao Inspector sobre o progresso da medição individual do desempenho atentos os objectivos contratualizados;
- Reforço do alinhamento dos indicadores de medição do desempenho – organizacional/individual;
- Ajustamento das Normas e Boas Práticas da IGF, em pontos que cruzam com o ajustamento efectuado no SIAD;
- Concepção de dossier electrónico com o propósito de minimizar recursos/custos de arquivo (espaço), consumíveis (financeiros) e de circulação documental (tempo).

Para 2010, prevemos o desenvolvimento das iniciativas seguintes:

- Revisão de Manuais de Políticas e Procedimentos de Gestão;
- Elaboração de um Código de Conduta para a Área de Apoio;
- Ajustamento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, em resultado de monitorização.

Apreciação global do desempenho

Em 2009 a IGF manteve o bom nível de desempenho do ano anterior, destacando o impacto da sua actividade aferida, nomeadamente, pelos seguintes indicadores:

Impacto da actividade

- ✓ 419,7 milhões de euros identificados de correcções de base tributária (com imposto recuperável);
- ✓ 269,4 milhões de euros detectados em valores movimentados em contas fora do Tesouro (incumprimento da unidade de tesouraria);
- ✓ 93,3 milhões de erros e omissões identificados nas contas das entidades;
- ✓ 88,4 milhões de euros identificados em outras despesas irregulares (não recuperáveis)
- ✓ 33,7 milhões de euros apurados em poupança acumulada de recursos financeiros públicos em concessões;
- ✓ 12,7 milhões de euros em poupanças futuras identificadas;
- ✓ 441,3 mil euros detectados em despesas irregulares com pessoal (não recuperáveis)